Registo ICOM6XVII/2025/8
de 11/07/2025

Aprovado por unanimidade na reunião da CECT de 11/09/2025, registando-se a ausência da IL, do L e do CDS-PP

008

GPPSD
GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia, e
Coesão Territorial
Dr. Pedro Coimbra

Assunto – **Requerimento para Audições Parlamentares no âmbito da tutela política da EFACEC.**

A 2 de julho de 2020, num *briefing* de Conselho de Ministros, o então Senhor Ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, anunciava a nacionalização da maioria do capital da EFACEC (71,73%), que estava nas mãos de Isabel dos Santos, e afirmava que *"é uma empresa centenária, com uma reputação de excelência na engenharia portuguesa"*, destacando, *"É uma empresa que tem um volume de negócios significativo, que teve resultados positivos no ano passado. É uma empresa com viabilidade no mercado".*

Nesse mesmo mês, o Governo lançou o processo de reprivatização da empresa, para a venda da participação dos 71,73% que o Estado assumiu, alegadamente, na sequência de um problema na estrutura acionista relacionada com o envolvimento de Isabel dos Santos no *Luanda Leaks*.

Entretanto, o negócio de reprivatização, previsto inicialmente para o final de 2021, não se concretizou, devido ao falhanço das negociações com o único candidato à aquisição.

Em outubro de 2022, num novo processo de reprivatização, após meses de negociações, os Ministérios das Finanças e da Economia revelam que a reprivatização *"não foi concluída com a alienação da referida participação social, dado não se terem verificado todas as condições necessárias à concretização do Acordo de Venda".*

Ainda em 2022, aquando do debate do Orçamento do Estado para 2023, o então Senhor Ministro da Economia e do Mar, António Costa Silva, disse que o Governo estava a trabalhar numa solução para a EFACEC e indicou que anunciaria *"brevemente"* uma posição pública, vincando ser *"fundamental"* encontrar uma *"solução para a empresa"*, sublinhando: *"estamos a aproximar-nos de uma fase de decisões".*

Entretanto, passaram mais de cinco anos sobre o anúncio da nacionalização e verifica-se que todo o processo foi um desastre.

Foi feita uma auditoria do Tribunal de Contas, que concluiu, de forma categórica, que a nacionalização da EFACEC falhou todos os objetivos que fundamentaram a decisão política de nacionalização, já que não se evitou a deterioração da situação financeira e comercial da empresa, passando por um quadro de falência técnica, não se conseguindo estabilizar o seu valor financeiro e operacional e nem sequer os postos de trabalho foram preservados.

Mais, o Tribunal de Contas considerou que a nacionalização da EFACEC não foi justificada com qualquer fundamentação técnica e independente do interesse público invocado, que não demonstrado, destacando ainda que a operação avançou sem que o Estado validasse o argumento apresentado pela administração de que a EFACEC era uma empresa estratégica para o país, viável e sustentável para atravessar dificuldades transitórias de tesouraria e sem que fosse acompanhada de qualquer estudo sobre o impacto nas contas do Estado.

O último balanço oficial da auditoria do Tribunal de Contas foi divulgado em 30 de setembro de 2024 (e retomado pela imprensa em 4 de julho de 2025). Até 17 de maio de 2024, o Estado tinha desembolsado 484 milhões €:

- 445 M€ através da Parpública (injeções de capital, suprimentos e garantias bancárias então acionadas)
- 35 M€ em obrigações convertíveis subscritas pelo Banco Português de Fomento
- 4 M€ em honorários de assessores, avaliações e *due-diligence* para a reprivatização

Adicionalmente, a nacionalização da EFACEC poderá custar mais de 500 milhões de euros aos cofres do Estado, com até 80 M€ em responsabilidades contingentes, numa exposição pública máxima de cerca de 564 M€.

E, ainda que o então Ministro da Economia e do Mar tenha afirmado, a 31 de outubro de 2023, *"hoje é um dia feliz para a economia portuguesa"*, ao anunciar novidades no processo de venda da empresa, após a injeção de aproximadamente 500 milhões de euros do dinheiro dos contribuintes, pelo Governo de António Costa, na EFACEC, uma empresa que passou para um grupo privado que a comprou por 15 milhões de euros.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, todo o processo relacionado com a reprivatização da EFACEC pelo Governo está envolto em falta de transparência, em opacidade, em despesismo, pelo que é fundamental esclarecer todas as dúvidas relativas a este processo.

Dada a gravidade dos factos, foi aprovada uma CPI ampla, que só teve votos contra do Partido Socialista. A Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão do Grupo EFACEC foi criada em plenário, a 5 de dezembro de 2024, por aprovação do Inquérito Parlamentar n.º 8/XVI/1.ª, ato que originou a Resolução n.º 110/2024, publicada a 19 de dezembro. Após a pausa legislativa de Natal, os deputados tomaram posse e aprovaram o plano de trabalhos em 15 de janeiro de 2025. Trabalhos que foram encerrados, com dissolução, a 19 de março, da Assembleia da República.

Considera o GP do PSD que este tema não pode ser votado ao esquecimento e que permaneçam por esclarecer os principais factos que justificaram a constituição da CPI. Continua por esclarecer porque é que em 2020 o Governo nacionalizou a EFACEC e porque é que disse que a nacionalização resultava dos problemas da acionista. Continuam por explicar todos os detalhes do processo da reprivatização e, finalmente, porque é que foram gastos mais de 500 milhões de euros dos contribuintes numa empresa que vai ser entregue a uma empresa privada, que a comprou por 15 milhões de euros.

Assim, no âmbito das competências da Assembleia da República, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo-assinados, nos termos legais e regimentais aplicáveis, solicitar a Vossa Ex.ª o agendamento das seguintes audições a realizar na Comissão de Economia e Coesão Territorial:

- Ao Senhor Dr. Henrique Cruz, Presidente da Comissão Executiva da Norgarante, Sociedade de Garantia Mútua;
- À Senhora Dra. Beatriz Freitas, ex-Presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Fomento;
- Ao Senhor Dr. Jaime Andrez, ex-Presidente do Conselho de Administração da Parpública;

- Ao Senhor Dr. João Nuno Mendes, ex-Secretário de Estado das Finanças do XXII Governo Constitucional e ex-Secretário de Estado do Tesouro no XXIII Governo Constitucional da República Portuguesa;
- Ao Senhor Dr. Pedro Siza Vieira, ex-Ministro da Economia e da Transição Digital XXII Governo Constitucional da República Portuguesa;
- Ao Senhor Dr. António Costa Silva, ex-Ministro da Economia e do Mar no XXIII Governo Constitucional da República Portuguesa;
- À Senhora Dr.ª Filipa Urbano Calvão, Presidente do Tribunal de Contas;
- Ao Senhor Dr. Mário Centeno, Governador do Banco de Portugal.

Palácio de São Bento, 9 de julho de 2025.

Os Deputados do PSD,

Cristina Vaz Tomé

Dulcineia Catarina Moura

Francisco Figueira

Ricardo Carvalho

João Pedro Louro

Manuela Carvalho

Ricardo Carlos

Adriana Rodrigues

Alberto Fonseca

Francisco Covelinhas Lopes

Helga Correia

Margarida Saavedra

Pedro Coelho

Ricardo Aires

Rui Rocha Pereira